

FÔLEGO PARA AS EXPORTAÇÕES

POR ALICE DUARTE, DE CURITIBA (PR)

FIM DO IOF PARA AS EXPORTAÇÕES É UMA DAS MEDIDAS DO GOVERNO PARA AMENIZAR OS PROBLEMAS GERADOS PELO CÂMBIO

Diante da ameaça de recessão nos Estados Unidos, a queda do dólar e a valorização do real, o governo vem adotando medidas para combater os prejuízos das empresas exportadoras brasileiras. A partir do dia 17 de março entrou em vigor a medida que elimina o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as exportações,

Setor moveleiro

A desvalorização cambial tem prejudicado vários setores da economia que exportam. Por dois anos consecutivos, as importações aumentaram mais do que as exportações. Em 2007, as exportações no Brasil cresceram 6,6%, enquanto que as importações 20,7%.

Na avaliação de Maristela Longhi, presidente da Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul (Movergs), “essas não são



**Agora eles
vão se
transformar**



Sala Milena

beneficiando as indústrias moveleiras. Também passa a valer o fim da cobertura cambial, ou seja, os exportadores também passam a ter a permissão de deixar todas as suas receitas no exterior (até então havia um limite de 30% das receitas). Segundo informações divulgadas na imprensa, o fim da arrecadação do IOF sobre as exportações vai representar uma perda de R\$ 2,2 bilhões por ano aos cofres públicos.

Para diminuir a pressão sobre o câmbio, o governo vai cobrar alíquota de 1,5% do IOF sobre aplicações financeiras de estrangeiros em renda fixa e nos títulos do Tesouro Nacional (as chamadas aplicações de portfólio). Tem sido registrado um grande volume deste tipo de aplicação e, com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), elas tiveram expressivo aumento de rendimento. “Essa medida vai diminuir o fluxo de dólares e pressionar menos a cotação do real”, afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, à *Agência Estado*.

medidas ideais, mas demonstram boa vontade do governo, estimulando mudanças para minimizar os efeitos cambiais e diminuir a especulação financeira. Precisamos estimular a produção e não a especulação, pois só assim garantimos o emprego e a renda da nossa população”.

Além destas medidas, entidades do setor moveleiro estão reivindicando ao governo formas de desonerações fiscais para minimizar os efeitos do câmbio, a ampliação e continuação do programa Revitaliza, a liberação imediata dos impostos federais e a compensação do INSS (sobre o saldo credor, para sanar problemas no fluxo de caixa das indústrias) e agilidade na aprovação da Reforma Tributária. Para tratar desses assuntos, várias entidades

se reuniram em Brasília, no dia 12 de março, com a Frente Parlamentar do Setor Coureiro-Calçadista e Moveleiro. “O Revitaliza possibilitou alternativas para que as empresas pudessem buscar maior fôlego, por isso solicitamos sua ampliação e a continuidade destas linhas. Mas tudo isto é paliativo, o que necessitamos mesmo são reformas no sistema tributário”, enfatiza Maristela.

Devolução dos créditos

O governo federal idealizou o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para garantir a desoneração total de tributos nas exportações. Esse crédito nada mais é do que uma espécie de devolução do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Co-



Arquivo
Maristela Longhi, da Movers: “Não são medidas ideais”

ções derrubando a Selic por “falta de previsão legal”, segundo informações do *Valor Econômico*. Na avaliação de especialistas na área de direito tributário, esta nova postura da Câmara Superior deve afetar ainda mais os exportadores, principalmente aqueles que já estão com as margens reduzidas por causa do câmbio. Na análise destes especialistas, sem a atualização

pela Selic, a devolução de tributos seria apenas parcial, prejudicando a desoneração e resultando na exportação de tributos.

Em relação ao andamento dos pedidos de devolução dos créditos no setor moveleiro, na

Linha Castor



**no maior
sucesso de vendas
em sua loja.**

fins) pagos no processo de produção pelo exportador. O processo de ressarcimento deste crédito tem início após encaminhar pedido à Receita Federal e pode levar de seis a sete anos para ser concluído. Até o ano passado, esta restituição, decidida pela Câmara Superior de Recursos Fiscais – última instância do Conselho de Contribuintes – vinha acompanhada da atualização pela Selic.

Mas tais decisões, que não têm nenhuma regulamentação que garanta a correção para as empresas, parecem estar mudando de rumo. No fim do ano passado, a Câmara Superior deu as primeiras de-

última audiência da Frente Parlamentar com o Ministério da Fazenda, no dia 5 de março, o secretário-executivo Nelson Machado informou que, a exemplo do Supersimples, a Fazenda está concluindo um sistema informatizado que vai implementar a compensação dos créditos de PIS/Cofins e INSS automaticamente. “No ano passado, a Fazenda se comprometeu em criar uma força-tarefa com o objetivo de agilizar o ressarcimento dos créditos tributários devidos às empresas moveleiras, principalmente de Santa Catarina, que passam por uma situação absurda. Temos informações de que pouco foi feito até agora”, observa o deputado Renato Molling, presidente da frente parlamentar.

